

7-9 OUT 1992

Proposta aos bancos deverá prever revisão

Ministra da Economia leva a Collor plano de renegociação da dívida externa

BRASÍLIA — O governo brasileiro vai incluir uma cláusula que prevê a possibilidade de revisão do acordo na proposta que apresenta amanhã aos bancos credores da dívida externa. Esse recurso será utilizado caso o cenário do mercado internacional de petróleo não acompanhe a previsão de queda nos preços, esperada para meados do próximo ano. A informação é da ministra Zélia Cardoso de Mello, que ontem deu os últimos retoques na proposta brasileira.

A ministra reuniu-se ontem com seus assessores, depois de apresentar o plano ao presidente Fernando Collor, no Palácio do Planalto. Durante a reunião, foram detalhados tecnicamente alguns dos pontos da proposta e estudadas hipóteses de comportamento do mercado internacional. “Construímos um cenário básico, a partir de certo comportamento dos preços”, explicou o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.

Na opinião dos técnicos, os preços do petróleo devem se manter elevados até o verão no Hemisfério Norte, época em que o consumo cai acentuadamente e espera-se que os preços também. Essa variação determinaria em grande parte a capa-

cidade de pagamento do Brasil. A cláusula de revisão do acordo será usada caso o comportamento do mercado internacional seja diferente do projetado. A ministra lembrou que ambas as partes poderão recorrer ao mecanismo.

Zélia revelou que a proposta brasileira se apóia no reescalonamento de longo prazo, que iria além do período de mandato do presidente Collor. Os desembolsos do Brasil seriam crescentes ano a ano, “desde que a economia se estabilize e a capacidade de pagar aumente”.

Nenhum dos participantes da reunião de ontem se arriscou a prever qual será a reação dos bancos credores. Na opinião do embaixador para a Dívida Externa, Jório Dauster, seria “ótimo” se o acordo fosse fechado até dezembro. Ele observou, porém, que não existe data marcada para uma resposta dos bancos. Eris, por sua vez, comentou apenas que “a proposta é boa e realista para o Brasil”. E o secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir, ressaltou que a proposta “procura dar uma solução definitiva para a questão da dívida”.

Após o acerto com os credores, o acordo será apresentado ao Congresso, para aprovação. Dauster acredita, porém, que o governo não enfrentará dificuldades, uma vez que a proposta foi baseada na capacidade de pagamento do Brasil.